



PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

T J D F T 2 0 1 5 - 2 0 2 0

olhar o presente e expandir o futuro

FEV • MAR

2020

Apresentação

O Relatório de Execução do Portfólio de Projetos Estratégicos visa atribuir ao Processo de Gerenciamento de Projetos Estratégicos – PGPE a transparência necessária ao monitoramento dos projetos estratégicos pela Administração Superior do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, por magistrados, servidores e gerentes de projeto, interessados nos esforços empreendidos pelo Tribunal para cumprimento de sua missão institucional.

Elaborado e publicado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica – SEPG, por meio do Serviço de Gestão de Projetos Institucionais – SERGEP, o Relatório constitui ferramenta de apresentação dos resultados obtidos na execução dos projetos estratégicos da Casa.

De periodicidade bimestral, o relatório apresenta breve explanação sobre a forma de obtenção e consolidação das informações dos projetos estratégicos, sobre o índice de execução do *Portfólio*, planilha-resumo da situação dos projetos e os projetos-destaque do período.

Metodologia

Sobre a obtenção dos dados e consolidação da informação

O acompanhamento da execução dos projetos estratégicos é uma das atribuições do SERGEP. Para isso, a dinâmica de trabalho do setor é fundamentada na comunicação constante com os gerentes, os gestores e as unidades executoras dos projetos.

A frequência do contato para a obtenção das informações sobre o desempenho dos projetos é variada, depende da complexidade e da autonomia do gerente na condução do projeto, mantendo, no mínimo, dois contatos mensais.

O SERGEP utiliza diversos meios para obtenção das informações. A escolha desses meios respeita prioritariamente a natureza do produto, serviço ou resultado proposto pelo planejamento do projeto. Em razão disso, o tratamento das informações referentes ao desenvolvimento de sistemas e ao acompanhamento de obras difere do tratamento dado aos demais projetos.

Os dados relativos ao desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação são provenientes, em sua maioria, do contato direto com os gerentes desenvolvedores e homologados pelos respectivos gerentes de projeto. A consolidação dos dados contempla todas as tarefas envolvidas na implementação do projeto.

Planilha-resumo da situação dos projetos

A situação dos projetos estratégicos encontra-se disposta na planilha a seguir, onde são apresentados os principais elementos de acompanhamento e avaliação das ações contempladas no **Portfólio de Projetos Estratégicos 2015-2020**.

Status do Projeto

Legenda



Projeto em execução



Projeto aguarda providências para prosseguimento



Informações não enviadas pela área gestora responsável



Projeto em fase de replanejamento/reavaliação de escopo



Projeto sofreu alteração do percentual de execução em decorrência de replanejamento/reavaliação de escopo



Projeto sobrestado



Projeto em fase de planejamento



Projeto aguardando priorização



Projeto em processo de cancelamento










Projeto concluído (em fase de oficialização do encerramento)



Projeto aguardando recursos para iniciar

Projetos em execução








Projetos	Unidade Gestora	Vínculo Institucional	% Realização janeiro	% Realização março	Status do Projeto	
Projetos com dependência de desenvolvimento de sistema pela Área de Tecnologia						
P2014P09	Projeto de Controle de Depósitos Judiciais	COSIST/SECOJ	Corregedoria	98%	98%	
P2014A01	Projeto de Implantação Processo Judicial Eletrônico	CGTI	Presidência	100%	100%	
P2016P05	Programa de Implantação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação	CGTI	Presidência	59%	60%	
P2016A02	Projeto Novo Assinador Digital	CGTI	Presidência	90%	90%	
P2014P04	Projeto de Ampliação e Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	SVP	2ª Vice- Presidência	48%	48%	
P2016R03	Projeto Gravação Digital de Audiências	CGTI	Presidência	99%	99%	
P2017P03	Projeto de Melhoria do Processo de Gestão de Precedentes	SEJU	Presidência	73%	73%	

PORTFÓLIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

T J D F T 2 0 1 5 - 2 0 2 0

olhar o presente e expandir o futuro

TJDF

P2017P04	Projeto de Implantação do e-Social no TJDF	SEG	Presidência	40%	40%	
P2018A01	Projeto Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq	SGIC	1ª Vice- Presidência	65%	65%	
P2018S01	Projeto de Emissão Unificada de Certidão de Antecedentes Penais	COSIST	Corregedoria	----	----	
P2018A02	Programa de Modernização e Convergência de Sistemas Judiciais e Administrativos	CGTI	Presidência	24%	30%	
P2018P03	Projeto de implantação de Novo Sistema de Folha de Pagamento	SERH	Presidência	----	----	
P2018P05	Projeto Cadastro Eletrônico de Peritos	SEAMB	Corregedoria	----	----	
P2018P06	Projeto Cadastro Inteligente de Pessoas	COSIST	Corregedoria	----	----	
P2018P04	Projeto de Desenvolvimento de Sistema de Cálculos Judiciais	SECOJ	Corregedoria	----	----	

Projetos sem dependência de desenvolvimento de sistema pela Área de Tecnologia

PROCOMPLEXO	Projeto de Construção do Complexo de Galpões	COB	Presidência	57%	59%	
PROFIT	Projeto de Construção do Fórum do Itapoã	COB	Presidência	99%	99%	
P2016R05	Projeto de Construção do Bloco 1 do Polo de Justiça, Cultura e Cidadania	COB	Presidência	100%	100%	
P2017P01	Projeto de Estruturação do Novo Portfólio de Projetos Estratégicos	SEPG	Presidência	77%	85%	
P2017P02	Projeto de Instituição do Processo de Gestão da Estrutura Organizacional do TJDFT	SEPG	Presidência	70%	70%	
P2018P01	Programa de Implantação da Governança Institucional	SEPG	Presidência	64%	53%*	
P2019P01	Implantação da Gestão de Riscos no TJDFT	SEPG	Presidência	60%	64%	
P2018R01	Projeto para Regularização dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio das Edificações do TJDFT que não estejam adequadas as normas vigentes	SEG	Presidência	100%	100%	
P2018P07	Projeto de estudos para a instalação de usinas fotovoltaicas nos fóruns	COB	Presidência	100%	100%	

P2019A01	Projeto de Atualização do Modelo de Gestão por Competências	SERH	Presidência	75%	51%**	
P2019P02	Projeto de Implantação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) no TJDF	SECI	Presidência	---	4%	
P2019P03	Projeto de Modernização da Vara de Execução Fiscal (VEF)	VEF	Corregedoria	---	---	

Obs.: caso a gerência do projeto não encaminhe as informações sobre o andamento do projeto até a data de fechamento do relatório, os dados do relatório anterior serão replicados.

* O percentual de conclusão do Programa foi afetado pela inclusão do **Projeto de Implantação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) no TJDF** e pela inclusão de novas etapas do **Projeto de Atualização do Modelo de Gestão por Competências**.

** Conforme informações repassadas pelo SERH/SUGIP, para o efetivo andamento do projeto, foram previstas novas etapas (formalizadas no aditivo contratual em tramitação no PA 2.816/2019) referentes à Gestão Institucional por Temas e Avaliação do Desempenho Institucional.

Projetos concluídos (Referência Plano Estratégico 2015-2020)

	Projetos	Unidade Gestora	Vínculo Institucional
PROUAD	Projeto de Unificação dos Sistemas de Autuação e Distribuição da 2ª Instância	CGSIS	Presidência
PROPAD	Projeto de Desenvolvimento de Sistema para Controle e Acompanhamento de Processos Administrativos	SEGD	1ª Vice- Presidência

P2014P03	Projeto de Melhoria do Processo de Gestão de Precatórios	SEPG	Presidência
P2014R04	Projeto de Realocação do Posto de Protocolo Expresso	COSIST/SEDI	Corregedoria
P2015P01	Projeto Novo Sistema da Central de Guarda de Objetos de Crime	COSIST/SEGOC	Corregedoria
P2016P01	Projeto de Adequação do NAC para Cumprimento da Resolução 213/2015 do CNJ	COSIST/NUPLA	Corregedoria
P2016P03	Projeto de Integração dos Sistemas do TJDFT com Base da Receita Federal	COSIST/SEDI	Corregedoria
P2016P04	Projeto de Implantação do SEEU no âmbito da VEPEMA	COSIST	Corregedoria
P2016P06	Projeto de Implantação de Processos e Ferramenta de Gerenciamento de Serviços - ITSM	AGSI	Presidência
P2016P07	PROSEI	SEGD	1ª Vice- Presidência
P2016P08	Projeto Julgamento Virtual	SEJU	Presidência
P2016A04	Projeto de Reestruturação da Distribuição da 2ª Instância	G1VP	1ª Vice- Presidência

P2016R01	Projeto de Atualização do Sistema Gerenciador do Banco de Dados Caché	SETEC	Presidência
P2018S02	Projeto de Criação do Cartório do Futuro	COSIST	Corregedoria
P2016P02	Projeto Central Eletrônica de Mandados	COSIST/SEAMB	Corregedoria
P2018P02	Projeto Banco Nacional de Monitoramento das Prisões - BNMP 2.0	CGTI	Presidência
P2016R02	Projeto DWJuris - <i>Data Warehouse</i> Corporativo do TJDFT	CGTI	Presidência
P2014R01	Projeto de Revitalização do Complexo Arquivístico	SGIC	1ª Vice- Presidência

Projetos Cancelados (Referência Plano Estratégico 2015-2020)

Projetos		Unidade Gestora	Vínculo Institucional
P2016A01	Projeto Integra PJE	SUDES	Presidência
P2016A03	Projeto de Modernização de Sistemas de 2ª Instância	CGSIS	Presidência
P2016R06	Projeto de Construção do Bloco 2 do Polo de Justiça, Cultura e Cidadania	COB	Presidência
P2016R07	Projeto de Reestruturação do SISTJWEB	SUDES	Presidência
PROSER	Projeto de Reconhecimento aos Servidores do TJDFT	SERH	Presidência
P2016R04	Projeto Gravação Digital de Plenário	SUAPO	Presidência

Resumo dos Projetos

O Portfólio de Projetos Estratégicos do TJDF, ao final do mês de março de 2020, é composto de 24 projetos e 3 programas, dos quais:

- 10 projetos e 3 programas em fase de execução;
- 3 projetos sobrestados;
- 1 projeto em fase de planejamento;
- 4 projetos em fase de oficialização do encerramento;
- 5 projetos aguardando recursos para iniciar;
- 1 projeto em processo de cancelamento.

Destaques

- ❖ Em cumprimento a Portaria Conjunta 33 de 20 de março 2020 que estabeleceu medidas preventivas temporárias para a redução dos riscos de contaminação por Coronavírus COVID-19 no âmbito do TJDF, não será realizada a 4ª Reunião de Análise da Estratégia de 2019. Portanto os projetos abaixo que foram concluídos ainda estão em fase de oficialização do encerramento:
 - ❖ Projeto de Implantação do Processo Judicial Eletrônico
 - ❖ O projeto tinha como objetivo implantar o Processo Judicial Eletrônico nas unidades judiciárias de 1º e 2º Grau de Jurisdição, nos termos de redução a termo e distribuição, nos serviços de contadoria, na central de mandados, nos CEJUSC's dos Juizados Especiais Cíveis, permitindo a prática e acompanhamento de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual via sistema informatizado. O PA SEI 1002150/2016 foi encaminhado ao Comitê de Governança e Gestão Estratégica - CGGE, com parecer favorável ao encerramento do projeto.
 - ❖ Projeto de Construção do Bloco 1 do Polo de Justiça, Cultura e Cidadania
 - ❖ O projeto tinha como objetivo construir o Bloco 01 do Polo de Justiça Cultura e Cidadania no prazo de 24 meses de acordo com a contratação prevista no PA 11.075/2014. A obra foi concluída e o recebimento definitivo do objeto ocorreu em 08/10/2019.

- ❖ A gerência do projeto “Regularização dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio das Edificações do TJDFT que não estejam adequadas às normas vigentes” solicitou o seu encerramento por entender que as atividades remanescentes correspondem a atividades rotineiras das equipes da COB, SEAP, ASI e SEG. A solicitação está sob análise da SEPG.
- ❖ Projeto Novo Assinador digital - Tendo em vista as mudanças de cenário ocorridas em 2019 e em 2020, especialmente no tocante à expansão do PJE para todo o TJDFT e massiva digitalização dos processos físicos, bem como pela implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execuções Unificado e migração de vários fluxos do SIPADWEB para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, conforme informações da gerência do projeto, este perdeu seu objeto original e, dessa forma, foi solicitado o seu cancelamento.

❖ Projetos Estratégicos em execução no TJDFT

Projeto de Controle de Depósitos Judiciais	
Unidade gestora:	COSIST – Coordenadoria de Projetos e de Sistemas da Primeira Instância / SECOJ – Secretaria de Contas Judiciais
Gerente titular:	Antônio Ricardo Faria de Lima
Gerente Substituto:	Rodolfo Hudson Tomaz Batista
Objetivo	Implantar regras, procedimentos e ferramentas automatizadas para o monitoramento da cadeia de recolhimento, levantamento e controle dos depósitos judiciais da 1ª e 2ª instância do TJDFT.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilidade na emissão de guias de depósitos judiciais; ▪ Maior segurança nos procedimentos de levantamento dos depósitos judiciais por meio do alvará eletrônico; ▪ Maior controle dos valores depositados em contas de depósito judicial vinculadas ao TJDFT; ▪ Simplificação dos processos de trabalho; ▪ Celeridade processual.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC.
Iniciativas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as relações com as instituições parceiras; ▪ Promover a efetividade no cumprimento das decisões.
Indicador Estratégico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com a prestação de serviços;
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração para emissão de guias de depósito ▪ Preenchimento manual de informações de depósito, levantamentos e consulta sobre totalização do saldo de contas

	<p>judiciais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Retorno das informações dos depósitos do Banco do Brasil; ▪ Alvará de Levantamento; ▪ Relatórios Gerenciais; ▪ Guia de Depósito na Internet.
Entregas realizadas no período	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Integração do alvará de levantamento de valores eletrônico do PJE.
% execução:	98%

Projeto de Implantação do Processo Judicial Eletrônico

Unidade gestora:	CGTI – Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação
Gerente titular:	Declieux Dias Dantas
Gerente Substituto:	Vanessa Rocha
Objetivo	Implantar o Processo Judicial Eletrônico nas unidades judiciárias de 1º e 2º Grau de Jurisdição, nos termos de redução a termo e distribuição, nos serviços de contadoria, na central de mandados, nos CEJUSC's dos Juizados Especiais Cíveis, permitindo a prática e acompanhamento de atos processuais pelos magistrados, servidores e demais participantes da relação processual via sistema informatizado.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do tempo necessário à resolução das questões judiciais; ▪ Automatização dos processos de trabalho envolvido nas demandas judiciais; ▪ Redução de custos financeiros, operacionais e ambientais; ▪ Otimização na utilização de recursos e de espaços físicos; ▪ Maior segurança das informações contidas em processos judiciais; ▪ Promoção da interoperabilidade dos sistemas informatizados dos diferentes ramos da justiça.

Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Consolidar a gestão de custos operacionais; ▪ Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho; ▪ Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica.
Iniciativa Estratégica	Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com a prestação de serviços; ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (1ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (2ª Instância); ▪ Índice de processos judiciais eletrônicos novos; ▪ Índice de eficiência operacional.
Principais entregas:	<p>O TJDFT concluiu em 14/11/2019 a implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe em todas unidades judiciárias de 1º e 2º Grau. No total, o PJe foi implantado em 333 unidades, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 199 unidades de 1º grau; • 17 unidades de 2º grau; • 3 Turmas Recursais; • 111 unidades de apoio direto às unidades judiciárias; • 3 Cartórios Judiciais Únicos – CJUs.
% execução:	100%

Programa de Implantação do Sistema de Gestão de Segurança da Informação

Unidade gestora:	CGTI – Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação
Gerente titular:	Nadja de Alencar Cesar Zubcov
Gerente Substituto:	Cristiano Rodrigues Pereira Júnior
Objetivo	Implantar o Sistema de Segurança de Gestão da Informação (SGSI), envolvendo a elaboração da Política Corporativa de Segurança da Informação (PCSI), e incluindo as políticas de controle de acesso, de segurança em recursos humanos, de classificação da informação, de segurança física dos ativos relacionados à informação, de criptografia, de segurança nas operações, de segurança das comunicações, de segurança para aquisição, desenvolvimento e manutenção de sistemas, de segurança para fornecedores, para gestão de incidentes de segurança da informação, de gestão de riscos e de gestão da continuidade do negócio.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolver a cultura de segurança da informação; ▪ Alinhar as frentes relacionadas ao tema "Segurança da Informação"; ▪ Dar maior clareza em relação a exposição de riscos; ▪ Apresentar melhoria no grau de segurança da informação.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivo Estratégico:	Consolidar e aprimorar a governança do TJDF
Iniciativas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a governança de TIC; ▪ Implantar sistemática de gestão de riscos.
Indicador Estratégico	Índice de execução do orçamento estratégico
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaborar e publicar norma interna relativa à Classificação de Documentos / Informação ▪ Elaborar e publicar norma interna relativa à disponibilidade e acesso à informação ▪ Elaborar e publicar norma interna que institui a Política Corporativa de Segurança da Informação

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantar exigências normativas relacionadas ao acesso à informação no TJDF ▪ Levantar / conhecer outros portais de transparência (Executivo e Judiciário) ▪ Conhecer requisitos do conceito "dados abertos" ▪ Sugerir ações que proporcionem o aumento do percentual de cumprimento das exigências presentes no Ranking da Transparência do Poder Judiciário (PA 22812/2019) ▪ Definir com áreas envolvidas (ACS e SERAGI/SETIC) a estratégia e soluções para revisão da Página ▪ Ajustar os links da Página Transparência com base na determinação da SEG ▪ Ajustar na Página Transparência informações relativas às contratações/aquisições ▪ Definir estratégia de acompanhamento periódico do cumprimento das exigências normativas ▪ Produzir cartilha contendo informações sobre a LAI ▪ Promover campanha de sensibilização de gestores envolvidos com o cumprimento da LAI
Entregas realizadas no período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alterar a Portaria Conjunta 102 de 10/11/2016, de modo a conferir à Ouvidoria autonomia para gerir as páginas que compõem a seção Transparência do site do TJDF ▪ Cumprir as recomendações da Secretaria de Controle Interno relativas à ação de controle “Levantamento sobre Transparência”; ▪ Publicar painel a ser desenvolvido no QlikSense contendo a lista de veículos do TJDF (Resolução Nº 83 de 10 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Justiça); ▪ Publicar painel a ser desenvolvido no QlikSense contendo a lista de informações classificadas e desclassificadas (Art. 29 da Lei de Acesso à Informação); ▪ Publicar painel a ser desenvolvido no QlikSense contendo os pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos (Art. 30, III da Lei de Acesso à Informação);
% execução:	60%

Projeto Novo Assinador Digital

Unidade gestora:	CGTI – Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação
Gerente titular:	Michelle Kakoi Lelis
Gerente Substituto:	Ygor Costa Lima
Objetivo	Adquirir uma ferramenta ou desenvolver uma solução de software que possa ser integrada dentro dos sistemas web do TJDFT para assinar os documentos.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Os usuários poderão continuar a assinar os documentos internos do tribunal dentro dos sistemas; ▪ As soluções de mercado possibilitam também a assinatura em dispositivos móveis; ▪ Garantia de conformidade com as normas do ICP Brasil e suas atualizações, com um produto mais maduro, seguro e confiável.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivo:	Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC
Iniciativas	Aprimorar a segurança da informação
Indicadores	Índice de execução do PETIC
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de ajustes básicos no assinador PJe Office ▪ Implementação da coassinatura ▪ Integração com o Banco do Brasil (Depósito Judicial) ▪ Compatibilização da versão do TJDFT à versão nacional do CNJ
Entregas realizadas no período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<u>Observação:</u> Tendo em vista as mudanças de cenário ocorridas em 2019 e em 2020, especialmente no tocante à expansão do PJE para todo o TJDFT e massiva digitalização dos processos físicos, bem como pela implantação do SEEU - Sistema Eletrônico de Execuções Unificado e migração de vários fluxos do SIPADWEB para o Sistema Eletrônico de Informações - SEI, o referido projeto perdeu seu objeto original.
% execução:	Cancelamento solicitado pela gerência do projeto

Projeto de Ampliação e Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Unidade gestora:	GSVP – Gabinete da Segunda Vice-Presidência
Gerente titular:	Carolina Magalhães Alcoforado Franco
Gerente Substituto:	Amanda Paula Rêgo do Nascimento
Objetivo	Instalar e ampliar a capacidade de atendimento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), vinculados ao Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação (NUPEMEC), em todas as circunscrições judiciárias do Distrito Federal.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disseminação da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses; ▪ Diminuição das despesas com processos judiciais; ▪ Celeridade processual; ▪ Aumento de produtividade, da eficácia e da qualidade no atendimento à sociedade; ▪ Aumento da satisfação do usuário com o Poder Judiciário; ▪ Prevenção de novos conflitos de interesses; ▪ Solução de conflitos antes da judicialização (pauta pré-processual); ▪ Impacto direto da ENAJUD (Estratégia Nacional de Não Judicialização).
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Fomentar métodos consensuais de solução de conflitos; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Consolidar a gestão de custos operacionais.
Iniciativas Estratégicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSCs; ▪ Ampliar a divulgação das formas alternativas de solução de conflitos para a sociedade.

Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com a prestação de serviços; ▪ Sessões de conciliação e mediação pré-processual designadas; ▪ Procedimentos resolvidos por meio de conciliação e mediação pré-processual e processual; ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (1ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (2ª Instância); ▪ Índice de eficiência operacional.
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adaptação dos sistemas de primeira instância (SISTJ e Pje) ▪ Mapeamento e otimização dos processos de trabalho comuns e aplicáveis a todos os CEJUSCs ▪ Instalação do CEJUSC Águas Claras ▪ Instalação do CEJUSC-CEI ▪ Instalação do CEJUSC-GAM ▪ Instalação do CEJUSC-GUA ▪ Instalação do CEJUSC-PAR ▪ Instalação do CEJUSC-PLA ▪ Instalação do CEJUSC-SAM ▪ Instalação do CEJUSC-SOB ▪ Instalação do CEJUSC-Super ▪ Instalação do CEJUSC Fiscal ▪ Ampliação do CEJUSC Taguatinga
Entregas do período	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento do SISCON, integrado aos demais sistemas do TJDF (99% concluído) <p>Estão pendentes as seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ PJe - Homologação das novas funcionalidades; implantação em produção; resolução de problema técnico na certidão de pedido de intimação; e ajuste no bloqueio de datas para Redução a

Termo, a pedido do CEJUSC-JEC.

- Instalação do CEJUSC-BRZ
- Instalação do CEJUSC-FAM
- Instalação do CEJUSC-ITA
- Instalação do CEJUSC-NUB
- Instalação do CEJUSC-REM
- Instalação do CEJUSC-RFU
- Instalação do CEJUSC-SMA
- Instalação do CEJUSC-SSB
- Instalação do CEJUSC Segundo Grau
- Instalação do CEJUSC Vara da Infância e Juventude
- Ampliação do CEJUSC-ACL
- Ampliação do CEJUSC-BSB
- Ampliação do CEJUSC-BRZ
- Ampliação do CEJUSC-CEI
- Ampliação do CEJUSC-FAM
- Ampliação do CEJUSC-GAM
- Ampliação do CEJUSC-GUA
- Ampliação do CEJUSC-NUB
- Ampliação do CEJUSC-PAR
- Ampliação do CEJUSC-PLA
- Ampliação do CEJUSC-REM
- Ampliação do CEJUSC-RFU
- Ampliação do CEJUSC-SAM
- Ampliação do CEJUSC-SSB
- Ampliação do CEJUSC-SOB
- Ampliação do CEJUSC Superendividados
- Ampliação do CEJUSC Fiscal
- Ampliação do CEJUSC Vara da Infância e Juventude

% execução: 48%

Projeto Gravação Digital de Audiências

Unidade gestora:	CGTI – Coordenadoria-Geral de Tecnologia da Informação
Gerente titular:	Leonardo da Motta Oliveira
Gerente Substituto:	Francisco Xavier de Castro
Objetivo	Prover o TJDF de solução de gravação digital de audiências
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redução do tempo de audiência; ▪ Celeridade no trâmite processual; ▪ Maior segurança em informações judiciais.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC.
Iniciativas Estratégicas	Priorizar as ações do Plano de Ação de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância); ▪ Índice de execução do PETIC.
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação das licenças da ferramenta de gravação de audiências no Juizado de órfãos e sucessões do Guará (1 licença), nos ambientes de atuação da SUAPO (67 licenças) e para atender demandas da Corregedoria e Coordenação de ética (3 licenças) ▪ Aquisição de 123 Kits de gravação de audiências ▪ Contratação dos serviços de Suporte Remoto e Suporte na modalidade Consultoria por hora e por demanda; ▪ Recebimento de equipamentos adquiridos por meio da PA SEI 10039/2017

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aquisição e recebimento dos equipamentos de webcam e fones de ouvido; ▪ Cronograma para o início da expansão que será coordenada pelo SERSAV com o suporte da equipe da CTIS.
Entregas do período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação das licenças da solução DRS no âmbito do TJDFT.
% execução:	99%

Projeto de Melhoria do Processo de Gestão de Precedentes

Unidade gestora:	SEJU - Secretaria Judiciária
Gerente titular:	Aline Barreto Vianna Cardoso
Gerente Substituto:	Gledson de Lima Araújo
Objetivo	Implantar, no âmbito do TJDFT, mecanismos que permitam a gestão automatizada dos processos sobrestados por força de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR), desde a fase de admissão, bem como dos incidentes de assunção de competência (IAC), até 1º de setembro de 2017, atendendo aos padrões estabelecidos na Resolução CNJ n° 235, notadamente em seu art. 14.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação do NUGEP em conformidade com os padrões definidos na Resolução CNJ n° 235; ▪ Gestão padronizada e automatizada dos processos sobrestados por força de repercussão geral, recursos repetitivos e incidentes de resolução de demandas repetitivas (IRDR), desde a fase de admissão, bem como dos incidentes de assunção de competência (IAC); ▪ Otimização do envio das informações de processos sobrestados ao CNJ;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Confiabilidade e rastreabilidade dos dados que envolvem o sobrestamento e o levantamento; ▪ Padronização dos dados e possibilidade de ampla divulgação das informações para o conhecimento e acompanhamento dos incidentes de resolução de demandas repetitivas e de assunção de competência, de forma coordenada com demais tribunais do país. ▪ Uniformização dos procedimentos administrativos decorrentes de sobrestamento de processos em razão de julgamento de repercussão geral e de casos repetitivos; ▪ Possibilidade de gestão dos recursos repetitivos e incidentes de assunção de competência pelo NUGEP. ▪ Criação de uma rede de informações confiáveis e tempestivas, onde qualquer eventual mudança de status em qualquer tema de sobrestamento será informada, em tempo real, aos usuários e a outros tribunais.
--	--

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivo Estratégico	Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos
Iniciativas Estratégicas	---
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (1ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (2ª Instância).
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envio das informações de processos sobrestados para o CNJ (integração inicial) ▪ Implementação do sobrestamento associado a temas (1ª instância) ▪ Implementação do sobrestamento associado a temas (2ª instância) ▪ Implementação do sobrestamento associado a temas (PJe)

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação do levantamento associado a temas (1ª instância) ▪ Implementação do levantamento associado a temas (2ª instância)
Entregas do período:	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes:	Conforme informações prestadas pela gerência do projeto, o percentual de 73% de conclusão do projeto não mais reflete a realidade, não só em razão de todas as substanciais modificações preconizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, trazidas com a edição da Res. 286/2019, a respeito dos dados dos processos sobrestados, mas também da ausência de transmissão diária dessas informações ao BNPR, tal como exigido pela Res. 235/2016. Haverá necessidade de replanejar o projeto e definir as novas entregas.
% execução:	73%

Projeto de Implantação do e-Social no TJDF

Unidade gestora:	SERH
Gerente titular:	Carmen Cecilia da Fonseca Lemes Ferreira
Gerente Substituto:	Janny Sayuri Nakamura Toyoshima
Objetivo	Viabilizar os sistemas do Tribunal para prestar as informações exigidas Pelo e-Social no Decreto 8373/2014.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a comunicação externa
Iniciativa Estratégica	---
Indicadores Estratégicos	---
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envio dos dados do Empregados/Contribuinte/Órgão Público ▪ Envio dos dados de Estabelecimentos, Obras ou Unidades de Órgãos Públicos ▪ Envio dos dados de Lotações Tributarias ▪ Envio dos dados do Carreiras Públicas ▪ Envio dos dados de Alteração de Dados Cadastrais do Trabalhador ▪ Envio dos dados de Alteração de Contrato de Trabalho ▪ 22/11/2019 - Palestra de esclarecimento sobre o E-Social ▪ Publicação da Portaria nº 1.419, DE 23 de dezembro de 2019 que dispõe sobre o cronograma de implantação do Sistema de

	Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). (Processo nº 19964.108714/2019-13)
Entregas no período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envio dos dados de Cargos/Empregos Públicos ▪ Envio dos dados de Funções e Cargos em Comissão ▪ Envio dos dados de Processos Administrativos/Judiciais ▪ Envio dos dados de Rubricas ▪ Envio dos dados de Horários/Turnos de Trabalho ▪ Envio dos dados de Admissão de Trabalhador – Registro Preliminar ▪ Envio dos dados do Cadastramento Inicial do Vínculo e Admissão/Ingresso de Trabalhador ▪ Envio dos dados do Trabalhador sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Início – Cedidos ▪ Envio dos dados do Trabalhador sem Vínculo de Emprego/Estatutário – Início – Estagiários ▪ Envio dos dados do Trabalhador sem Vínculo de emprego/Estatutário – Alteração Contratual ▪ Envio dos dados de Trabalhador sem Vínculo de emprego/Estatutário – Término ▪ Envio dos dados de Exclusão de Eventos ▪ Envio dos dados de Afastamento Temporário ▪ Envio dos dados de Desligamento ▪ Envio dos dados de Reintegração ▪ Envio dos dados de Cadastro de Benefícios Previdenciários – RPPS - Aposentados ▪ Envio dos dados de Cadastro de Benefícios Previdenciários – RPPS – Pensionistas ▪ Envio dos dados de Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Geral de Previdência Social ▪ Envio dos dados de Remuneração de trabalhador vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS ▪ Envio dos dados de Benefícios Previdenciários – RPPS ▪ Envio dos dados de Pagamentos de Rendimentos do Trabalho ▪ Envio dos dados de Contratação de Trabalhadores Avulsos Não Portuários ▪ Envio dos dados de Informações Complementares aos Eventos Periódicos ▪ Envio dos dados de Fechamento dos Eventos Periódicos ▪ Envio dos dados de Reabertura dos Eventos Periódicos ▪ Envio dos dados de Solicitação de Totalização para Pagamento em Contingência ▪ Envio dos dados de Contribuição Sindical Patronal ▪ Envio dos dados de Informações das Contribuições Sociais consolidadas por trabalhador

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Envio dos dados de Imposto de Renda Retido na Fonte ▪ Envio dos dados de Informações das Contribuições Sociais consolidadas por contribuinte ▪ Envio dos dados de Informações do IRRF consolidadas por contribuinte
% execução:	40%

Projeto de Construção do Complexo de Galpões

Unidade gestora:	COB
Gerente titular:	Ryan Martins Dias Rangel
Gerente Substituto:	Alessandro de Castro Dias
Objetivo	Proporcionar condições físicas apropriadas às atividades administrativas e judiciais, por meio da construção de Galpões que irão solucionar o problema de espaço físico adequado para guarda de material de consumo e bens patrimoniais.
Benefícios	Ampliação dos locais de armazenamento bem como abrigar a marcenaria do TJDFT, que deve ter o seu espaço atual desocupado em função da construção de novo galpão para guarda de bens permanentes.

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivo:	Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais
Iniciativas	---
Indicadores	---
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Entrega Proj. Subestação aprovado ▪ Aprovação dos laudos Patológicos ▪ Aprovação do Projeto PCI
Entregas no período	---
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução da Obra do remanescente
% execução:	59%

Dados do Contrato

Número do PA	5.066/2018 (SEI)
Número do contrato	Não há licitação

Contratada	Não há licitação
CNPJ	Não há licitação
Vigência do Contrato	Não há licitação

Projeto de Construção do Fórum do Itapoã - PROFIT

Unidade gestora:	COB
Gerente titular:	Ryan Martins Dias Rangel
Gerente Substituto:	Raimundo Gonzaga Moura dos Santos
Objetivo	Construção de edificação que se destinará a abrigar varas judiciais para atendimento à população do Itapoã.
Benefícios	Melhoria no atendimento jurisdicional à população da região do Itapoã.

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar a 1ª Instância na destinação dos espaços físicos
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Índice de processos antigos (1ª Instância); ▪ Índice de atendimento à demanda (1ª Instância); ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público externo); ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público interno).
Entregas efetuadas até o último relatório	---
Entregas no período	---
Entregas pendentes	Termo de Recebimento Definitivo
% execução:	99%

Dados do Contrato

Número do PA	21.299/2013 (SIPAD WEB)
Número do contrato	188/2015
Contratada	EHS CONSTRUTORA LTDA
CNPJ	03.700.234/0001-30
Vigência do Contrato	07/01/2019 - TA 03

Projeto de Construção do Bloco 01 do Polo de Justiça Cultura e Cidadania

Unidade gestora:	COB
Gerente titular:	Ryan Martins Dias Rangel
Gerente Substituto:	-
Objetivo	Construção do Bloco 01 do Polo de Justiça Cultura e Cidadania no prazo de 24 meses de acordo com a contratação prevista no PA 11.075/2014.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atendimento das necessidades de expansão da Vara da Infância e da Juventude VIJ; ▪ A construção de uma nova edificação proporcionará condições físicas mais preparadas às necessidades da Vara da Infância e da Juventude VIJ.

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos ▪ Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Priorizar a 1ª Instância na destinação dos espaços físicos
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual (1ª Instância) ▪ Índice de processos antigos (1ª Instância) ▪ Índice de atendimento à demanda (1ª Instância) ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público externo); ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público interno);
Principais entregas	Construído pela empresa GONAR Engenharia e localizado na 916 Norte, no terreno onde funcionava o antigo Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE, o prédio irá abrigar inicialmente a Vara da Infância e da Juventude do DF – VIJ e a Vara de Execução das Medidas Socioeducativas do DF – VEMSE. Em 27/6/2019, foi inaugurado o Polo de Justiça, Cultura e Cidadania do DF – Fórum Desembargador Jorge Duarte de Azevedo.

% execução:	100%
Dados do Contrato	
Número do PA	11.075/2014 (SIPAD WEB)
Número do contrato	181/2015
Contratada	GONAR ENGENHARIA LTDA
CNPJ	06.266.224/0001-26
Vigência do Contrato	13/12/2018 - TA 03

Projeto de Estruturação do Novo Portfólio de Projetos Estratégicos

Unidade gestora:	SEPG – Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Gerente titular:	Rodolfo Antônio da Costa Guará
Gerente Substituto:	Carlos Augusto da Silva
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturar o Novo Portfólio de Projetos Estratégicos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no período máximo de 6 (seis) meses, desvinculando-o do Plano de Administração do Biênio, para garantir o prazo adequado de desenvolvimento dos projetos e a consecução do Plano Estratégico vigente.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evitar conflitos e concorrência dos projetos estratégicos entre si; ▪ Avaliar e dar visibilidade à contribuição individual de cada projeto para alcance dos Objetivos Estratégicos; ▪ Ampliar o prazo do planejamento dos projetos estratégicos; ▪ Possibilitar o planejamento orçamentário adequado à priorização dos projetos estratégicos constantes do Portfólio Estratégico; ▪ Possibilitar a priorização dos projetos de acordo com os benefícios esperados e expectativa de execução; ▪ Ampliar a participação dos magistrados e dos servidores no Processo de Gerenciamento de Projetos Estratégicos do TJDFT, possibilitando o exercício de estímulo às inovações provenientes do próprio TJDFT; ▪ Facilitar a tomada de decisões pela Administração relacionadas aos Projetos Estratégicos; ▪ Priorizar os esforços do TJDFT em ações direcionadas ao alcance dos Objetivos Estratégicos; ▪ Evitar a descontinuidade dos Projetos Estratégicos, contribuindo para o alcance dos Objetivos Estratégicos;

	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar o monitoramento e o controle do TJDFT sobre os Projetos Estratégicos (gastos, resultados, etc); Maior confiabilidade no Processo de Gerenciamento de Projetos Estratégicos por parte dos Gerentes de Projeto, Gestores, Magistrados e Servidores.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT; Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.
Iniciativa Estratégica	Promover o alinhamento estratégico das unidades administrativas e judiciárias
Indicador Estratégico	Índice de execução do orçamento estratégico
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> Normatização e publicação do Plano de Administração; Atualização do Regimento Interno Administrativo – RIA; Implantação do Processo de Gestão do Portfólio de Projetos Estratégicos. Portfólio Estratégico atualizado Plano de divulgação elaborado Definição e aprovação de novos critérios para seleção e priorização de projetos estratégicos;
Entregas no período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> Atualização do Processo de Gerenciamento de Projetos Estratégicos – PGPE; Atualização de normativos (Resolução 16/2017 e Portaria GPR 621/2014)
% execução:	85%

Projeto de Instituição do Processo de Gestão da Estrutura Organizacional do TJDFT

Unidade gestora:	SEPG – Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Gerente titular:	Leonardo Alves de Melo Neves
Gerente Substituto:	---
Objetivo	Instituir o Processo de Gestão da Estrutura Organizacional no âmbito do TJDFT, em até 6 meses, sem custos, a partir da observância da Cadeia de Valor, em especial do macroprocesso Desenvolvimento Organizacional – área Gestão e Suporte, provendo à Administração Superior informações técnicas hábeis a fundamentar iniciativas de modernização da estrutura organizacional, proporcionando, assim, uma maior conformidade à realidade e às necessidades

	administrativas e financeiras do Tribunal.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Racionalização da estrutura organizacional, evitando-se duplicidade de atribuições, denominações semelhantes ou não apropriadas; ▪ Promoção de subdivisões ordenadas e eficientes; ▪ Maior eficiência na alocação da força de trabalho; ▪ Promoção da eficiência e eficácia operacionais; ▪ Celeridade na tramitação dos feitos administrativos e judiciais; ▪ Sustentação dos ganhos da nova estrutura organizacional estabelecida; ▪ Maior estabilidade e alinhamento estratégico da estrutura organizacional.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Consolidar a gestão de custos operacionais; ▪ Consolidar e aprimorar a governança do TJDF.
Iniciativa Estratégica	Promover o alinhamento estratégico das unidades administrativas e judiciárias
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância); ▪ Índice de eficiência operacional.
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realização de estudo sobre a estrutura organizacional do TJDF; ▪ Mapeamento do processo de gestão da estrutura organizacional; ▪ Definição de indicadores de desempenho para o processo; ▪ Elaboração de minuta de ato normativo regulamentador do processo; ▪ Análise dos macroprocessos da Cadeia de Valor; ▪ Definição e publicação de ato de designação dos responsáveis pelos macroprocessos da Cadeia de Valor.
Entregas no período	<i>Sem evolução no período</i>
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de manual técnico contendo o detalhamento das atividades do processo; ▪ Elaboração de organograma. <p>Obs.:Na hipótese de retomada do projeto, haverá a necessidade de reavaliação do seu escopo e, por consequência, replanejamento de suas atividades, haja vista o decurso de extenso lapso temporal e alteração da situação fática que justificou a sua propositura.</p>
% execução:	70%

Projeto de Emissão Unificada de Certidão de Antecedentes Penais

Unidade gestora:	COSIST – Coordenadoria de Sistemas e Estatísticas da 1ª instância
Gerente titular:	Marilene Dantas de Ataides
Gerente Substituto:	Márcio Teixeira Gomes da Silva
Objetivo	Unificar e automatizar a emissão das certidões de antecedentes criminais a partir de informações dos sistemas de primeiro e segunda instância.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Segurança da informação; ▪ Agilidade nos processos de trabalho; ▪ Unificação de regras e métodos para a emissão da certidão; ▪ Celeridade na prestação das informações.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho.
Iniciativa Estratégica	----
Indicadores Estratégicos	----
Situação atual	Este projeto é a 8ª ação (DS 15 - Certidão de Antecedentes Penais) no ranking de novas ações de Desenvolvimento de Sistemas do PDTIC 2020. Foi iniciado um estudo para identificar as soluções técnicas mais eficientes e adequadas para a estruturação e integração das bases de dados processuais – fator crítico para o sucesso do projeto. Após o resultado desse estudo, serão definidos os aspectos técnicos necessários para a início da ação DS15, podendo culminar em nova ação para evolução do DWJuris. Se houver necessidade desta nova ação, seguirá para rito previsto no fluxo de entrada de demandas do PDTIC 2020.
% execução:	----

Projeto para Regularização dos Sistemas de Prevenção e Combate a Incêndio das Edificações do TJDF que não estejam adequadas as normas vigentes

Unidade gestora:	COB – Coordenação de Projetos e Gestão de Contratos de Obras
Gerente titular:	Carmen Cecília da Fonseca Lemes Ferreira
Gerente Substituto:	Alessandro de Castro Dias
Objetivo	Regularizar as questões relativas aos sistemas e prevenção e combate a incêndio das edificações do TJDF
Benefícios	Tornar as edificações do TJDF mais seguras e confiáveis do ponto de vista de prevenção e combate a incêndio.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar condições físicas apropriadas ao exercício das atividades administrativas e judiciais
Iniciativa Estratégica	----
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público externo) ▪ Índice de satisfação com as condições físicas (público interno)
Principais entregas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Plano de Trabalho para sanar as irregularidades identificadas pelo CBMDF nos prédios notificados e multados elaborado; ▪ Convênio com o CBMDF para formação de brigadistas voluntários; ▪ Processos físicos referentes às regularizações de prédios existentes digitalizados e armazenados no SEI; ▪ Fluxos de trabalho referentes às macro atividades relacionadas ao contra incêndio mapeados; ▪ Reuniões de alinhamento e sensibilização nos PSPs e NSOs realizadas; ▪ Cronograma estimativo para contratação e execução das obras de regularização para atender os projetos aprovados pelo CBMDF elaborado; ▪ Estudo para contratação de engenheiro de segurança; ▪ Projetos executivos de arquitetura e instalações desenvolvidos na plataforma 3D (os projetos entregues no âmbito da contratação do PA 11.220/2013 estavam todos em 2D); ▪ Contratação de empresa para elaboração de relatório, projetos e fiscalização dos sistemas de incêndio; ▪ Campanha de comunicação desenvolvida.
% execução:	100%

Projeto de estudos para a instalação de usinas fotovoltaicas nos fóruns

Unidade gestora:	COB – Coordenação de Projetos e Gestão de Contratos de Obras
Gerente titular:	Ryan Martins Dias Rangel
Gerente Substituto:	Danielle Feitosa de Albuquerque Lima Ramos
Objetivo	Levantar a viabilidade técnica/econômica da instalação de usinas fotovoltaicas em algumas das edificações do TJDFT para futura implantação
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Economia nos custos associados ao consumo de energia do TJDFT
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar e aperfeiçoar as práticas de sustentabilidade social, ambiental e econômica
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantar o Plano de Logística Sustentável
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de execução do Plano de Logística Sustentável
Principais entregas	Estudo de viabilidade técnico-econômica da instalação de usinas fotovoltaicas no TJDFT.
% execução:	100%

Projeto Repositório Arquivístico Digital Confiável - RDC-Arq

Unidade gestora:	SGIC
Gerente titular:	Cristiano Menezes Alvares
Gerente Substituto:	Luiz Fernando Sirotheau Serique Júnior
Objetivo	Criar as bases para a implantação de um programa de preservação digital para documentos arquivísticos em sua fase permanente, garantindo a autenticidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a preservação dos documentos em meio digital, preservando os registros das atividades do Tribunal e assegurando os direitos dos cidadãos.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Tecnologia gratuita, desenvolvida em código aberto; ▪ Segurança e preservação no armazenamento de documentos arquivísticos digitais, podendo ser adotada em todo o ciclo de vida documental; ▪ Rigorosos e estabelecidos padrões mundiais para preservação e

	<p>acesso às informações;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Confiabilidade, autenticidade e interoperabilidade às práticas de gestão documental e TIC do Tribunal.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC; ▪ Proporcionar infraestrutura de TIC apropriada ao exercício das atividades administrativas e judiciais; ▪ Fomentar o uso da tecnologia da informação e comunicação como instrumento de trabalho.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a segurança da informação; ▪ Implantar infraestrutura de redundância.
Indicadores Estratégicos	---
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Política de Gestão de Documentos em Meio Digital publicada ▪ Termo de Cooperação Técnica Assinado ▪ Modulo de Gestão Documental do Pje desenvolvido <ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento de requisitos ▪ Apresentação ao Comitê Gestor de TIC para definir priorização ▪ Informações necessárias levantadas <ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir metodologia para o levantamento das informações necessária à elaboração de modelo de dados de preservação digital ▪ Avaliar e organizar as informações a serem agregadas ao repositório ▪ Verificar as soluções tecnológicas disponíveis ▪ Realizar estudo para avaliar a integração de métodos e tecnologia ▪ Aplicar estudo sobre as necessidades de infraestrutura frente ao plano de preservação e tabela de temporalidade em plataforma piloto ▪ Tecnologia implementada <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentar o estudo definitivo de integração de tecnologias ▪ Definir o fluxo de dados por meio de mapeamento negocial das definições alcançadas ▪ Padronizar ferramenta de agregação e conversão de informações em pacotes no modelo do repositório digital confiável – RDC-Arq, como um único barramento tecnológico
Entregas no período	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sem evolução no período
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modulo de Gestão Documental do Pje desenvolvido <ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento de requisitos ▪ Apresentação ao Comitê Gestor de TIC para definir priorização ▪ Desenvolvimento da solução integrada ao PJE ▪ Tecnologia implementada

	<ul style="list-style-type: none">▪ Apresentar um piloto funcional do barramento tecnológico, respeitando as definições do fluxo da informação▪ Apresentar plataformas de disseminação das informações preservadas▪ Tecnologia disseminada<ul style="list-style-type: none">▪ Transferir conhecimento e tecnologia alcançar para a equipe do TJDF▪ Elaborar manuais e documentos de disseminação para a comunidade da ciência da informação e da comunidade arquivística▪ Disseminar o conhecimento adquirido para a Administração Pública Federal▪ Disponibilizar base de conhecimento com os estudos efetuados
% execução:	65 %

Programa de Implantação da Governança Institucional

1. Informações do Programa

Unidade gestora:	SEPG – Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Gerente titular:	Victor de Abreu da Silva
Gerente Substituto:	Leonardo Alves de Melo Neves
Objetivo	Estruturar e implementar a governança organizacional do TJDFT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Eficiência e eficácia no atendimento dos objetivos traçados pelo TJDFT; ▪ Aumento sistemático da eficiência no cumprimento das decisões da administração superior; ▪ Diminuição da sobreposição de atividades; ▪ Segregação de funções críticas; ▪ Diminuição das incertezas provenientes da falta de informações necessárias à tomada de decisões, inclusive com análise do risco referente a cada uma delas; ▪ Integração entre as diferentes unidades na busca pelo atendimento dos objetivos do TJDFT; ▪ Incorporação por todos os colaboradores de padrões éticos e de conduta condizentes com a atuação do TJDFT; ▪ Mais transparência na atuação do Tribunal; ▪ Controle eficiente com relação às atividades desenvolvidas pelo órgão; ▪ Monitoramento efetivo de custos e resultados.
Alinhamento Estratégico do Programa	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT; ▪ Aprimorar a comunicação interna e externa.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as relações com as instituições parceiras; ▪ Promover a integração constante das áreas responsáveis pela prestação das informações aos usuários; ▪ Fortalecer a Ouvidoria como canal de comunicação interno e externo; ▪ Promover a efetividade no cumprimento das decisões; ▪ Implantar sistemática de gestão de riscos; ▪ Consolidar a sistemática de acompanhamento do Plano Estratégico;

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar a governança de TIC; ▪ Promover ações para integração do Orçamento ao Planejamento Estratégico; ▪ Fortalecer a gestão de pessoas por competências com foco no alinhamento estratégico.
Indicadores Estratégicos	----
% execução:	53%

2. Projetos Estratégicos vinculados

Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no TJDFT	
Unidade gestora:	SEPG – Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica
Gerente titular:	Ludmila Pereira de Souza do Couto Maciel
Gerente Substituto:	Leonardo Alves de Melo Neves
Objetivo	Promover a implantação da sistemática de Gestão de Riscos no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoiar a governança do TJDFT; ▪ Aprimorar o processo de tomada de decisão, com fim a incorporar a visão de riscos em conformidade com as melhores práticas; ▪ Melhorar a alocação de recursos; ▪ Aprimorar os controles internos; ▪ Alinhar a tolerância a risco a estratégia adotada; ▪ Contribuir para a sustentabilidade das atividades organizacionais; ▪ Aprimorar os controles internos.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT; ▪ Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a divulgação das iniciativas estratégicas e dos serviços prestados pelo Tribunal; ▪ Promover a integração constante das áreas responsáveis pela

	<p>prestação das informações aos usuários;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o reconhecimento e a disseminação de boas práticas.
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de execução do orçamento estratégico; ▪ Índice de recursos orçamentários garantidos.
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Iniciação <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reunião de abertura do projeto e de alinhamento de consultoria ▪ Aprovação e publicação da Portaria que institui o Grupo de Trabalho para elaboração de projeto de implantação da Gestão de Riscos Estratégicos e Controles Internos do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF (Portaria GPR 2081/2018) ▪ Planejamento <ul style="list-style-type: none"> ▪ Abertura de processos no SEI (0022456/2018, 0022072/2018 e 0022094/2018) para formalização e documentação do Projeto de Gestão de Riscos, da Consultoria da SECI e da designação dos participantes do projeto, respectivamente, ▪ Análise de políticas de outros órgãos e de melhores práticas de instituições nacionais e internacionais de referência na gestão de riscos; ▪ Apresentação da metodologia da SECI para seleção de áreas a serem auditadas de acordo com criticidade, materialidade e relevância; ▪ Revisão da Política de Gestão de Riscos do TJDF; ▪ Visita técnica à Eletronorte para conhecer a Gestão de Riscos da empresa; ▪ Elaboração do Relatório de Consultoria da SECI; ▪ Análise da cadeia de valor, dos objetivos estratégicos e de demais unidades ligadas ao negócio da organização para decidir as áreas a serem priorizadas para implantação da Gestão de Riscos ▪ Entrega da 1ª versão do plano de ação para implantação da Gestão de Riscos Estratégicos e Controles Internos do Tribunal. ▪ Execução <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituição do Comitê de Governança e Estratégia; ▪ Definição da Metodologia de Gestão de Riscos a ser

	<p>institucionalizada no Tribunal;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação da Política de Gestão de Riscos e Controles do TJDF (revisada) ▪ Aprovação da Metodologia de Gestão de Riscos a ser institucionalizada no Tribunal; ▪ Apresentação da Matriz das Áreas Estratégicas ao Comitê de Governança e Estratégia ▪ Apresentação da matriz de riscos estratégicos ao Comitê de Governança e Estratégia ▪ Segunda revisão da Política de Gestão de Riscos (em virtude da estruturação da Governança na Corte) ▪ Ações de divulgação <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração de identidade visual para divulgação ▪ Elaboração do Plano de Comunicação ▪ Palestra de sensibilização do Tribunal ▪ Palestra na Fest 2019 – Gestão de Riscos da Qualidade de Vida no Trabalho ▪ Elaboração de marca para divulgação; ▪ Elaboração do Plano de Comunicação; ▪ Elaboração do Manual de Gestão de Riscos; ▪ Palestra sensibilização do Tribunal ▪ Curso em Gestão de Riscos modalidade EAD <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração ▪ Inscrição ▪ Aplicação ▪ Aplicação da metodologia por área: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação Processo: Segurança da Informação ▪ Oficina de Gestão de Riscos de Pessoas Processo: Pagamento
Entregas no período	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oficina de Gestão de Riscos de Pessoas Processo: Pagamento
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Execução <ul style="list-style-type: none"> ▪ Ações de divulgação

	<ul style="list-style-type: none">▪ Palestras às unidades demandantes Prevista sob demanda▪ Aplicação da metodologia<ul style="list-style-type: none">▪ Oficina de Gestão de Riscos de Aquisições Metaproceto de Aquisições▪ Sensibilização e oficinas de Gestão de Riscos de Integridade▪ Oficina de Gestão de Riscos do Sistema PJe▪ Oficina de Gestão de Riscos de Obras▪ Oficina de Gestão de Riscos de Gestão Predial▪ Oficina de Gestão de Riscos de Segurança Institucional▪ Oficina de Gestão de Riscos Estratégicos▪ Transparência<ul style="list-style-type: none">▪ Canal de Comunicação com os usuários▪ Utilização de ferramenta de Business Intelligence para monitoramento dos riscos estratégicos▪ Monitoramento e Controle<ul style="list-style-type: none">▪ Painel de Monitoramento dos riscos mais críticos do Tribunal▪ Reunião de monitoramento e controle▪ Encerramento do 1º ciclo de gestão de riscos<ul style="list-style-type: none">▪ Revisão do Guia de Gestão de Riscos▪ Lições aprendidas com o ciclo de gestão de riscos▪ Revisão do Plano de implantação da gestão de riscos▪ Definição de diretrizes para continuidade do processo de gestão de riscos pós implantação▪ Encerramento do Projeto de Implantação da Gestão de Riscos Estratégicos
% execução:	64%

Projeto de Atualização do Modelo de Gestão por Competências

Unidade gestora:	SUGIP
Gerente titular:	Beatriz Medeiros Martins
Gerente Substituto:	Luciana Essinger Toledo Varella
Objetivo	Reformular, sob a orientação de consultoria especializada, o Modelo de Gestão por Competências do Tribunal para adequá-lo à nova realidade de trabalho e torná-lo estruturante para a utilização pelos subsistemas de gestão de pessoas e a formulação de políticas, bem como capacitar e instrumentalizar a equipe técnica da SUGIP e unidades parceiras para implementação de melhorias.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modelo de Competências do TJDFT contemplando novas formas de trabalho decorrentes da transformação digital, a exemplo do processo eletrônico, do cartório judicial unificado e do tele trabalho; ▪ Modelo de Competências integrado com outros subsistemas de gestão de pessoas, além da gestão de desempenho, tais como: seleção, capacitação e desenvolvimento, localização e movimentação; ▪ Políticas de gestão de pessoas do Tribunal estruturadas a partir do Modelo de Competências; ▪ As competências específicas das áreas de pessoas, contratos e tecnologia mapeadas adequadamente para contribuir para o sistema de governança institucional; ▪ Metodologias inovadoras sendo utilizadas para a modelagem e o mapeamento de competências; ▪ A equipe técnica da SUGIP com conhecimento dos processos e das ferramentas necessárias para implantação de melhorias no Modelo; ▪ Modelo de competências contribuindo efetivamente para a operacionalização da estratégia organizacional, em consonância com as Resoluções CNJ 192/2014 e 240/2016, e Acórdãos TCU 3.023/2013 e 2.743/2015.
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a eficiência na alocação da força de trabalho nas unidades judiciais; ▪ Consolidar a política de gestão por competências alinhada à estratégia.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer a gestão de pessoas por competências com foco no alinhamento estratégico

Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de participação na GDCOMP
Entregas efetuadas até o último relatório	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Planejamento de Projeto do serviço de consultoria para Aprimoramento do Modelo de Competências do TJDFT ▪ Capacitação “Modelagem de Competências para a Transformação Digital”, participação de 34 servidores da SERH, SEEF, SEPG e SESA; ▪ Desenvolvimento do Novo Modelo ▪ Mapeamento de competências em clusters de unidades organizacionais
Entregas no período:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Revisão da Política de Gestão por Competências do TJDFT ▪ Plano de implementação do novo Modelo de Competências no TJDFT
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituição da Política de Gestão de Pessoas por competências ▪ Instituição da Gestão de Desempenho de acordo com novo modelo ▪ Teste piloto do Modelo Lógico de Monitoramento e Avaliação de Desempenho Institucional do TJDFT envolvendo os temas Gestão de Pessoas, Gestão Estratégica e Governança Institucional. ▪ Oficinas de levantamento e validação de práticas relativas às entregas dos demais Temas Essenciais – “cluster 1” ▪ Oficinas de levantamento e validação de práticas relativas às entregas dos demais Temas Essenciais – “cluster 2” ▪ Oficinas de levantamento e validação de práticas relativas às entregas dos demais Temas Essenciais – “cluster 3” ▪ Capacitação em Gestão Integrada de Desempenho do TJDFT (40 servidores)
% execução:	51%

Projeto de Implantação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM) no TJDFT

Unidade gestora:	SECI
Gerente titular:	Cláudia Borges Pires
Gerente Substituto:	Vanessa Santos Fonseca
Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> Estruturar e implantar, até julho de 2021, os elementos, processos e práticas até ao nível 3 (integrado) do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model for the Public Sector) - IA-CM no TJDFT
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> Auditoria Interna do TJDFT reconhecida como órgão de excelência e asseguradora da governança organizacional; Auditoria Interna atuando como consultora confiável e respondendo dinamicamente a riscos emergentes e controles; Avaliação contínua e implementação de melhoria de eficácia como pilares de atuação organizacional; Bases para a avaliação de desempenho da auditoria interna estabelecidas; Melhoria de processos de trabalho, rotinas e operações implementadas e em constante evolução; Auditoria interna do TJDFT capaz de atender, com garantia de qualidade e aconselhamento contínuo confiável, às necessidades organizacionais; Ganhos de efetividade nos serviços e papéis da auditoria, no gerenciamento das pessoas, nas práticas profissionais, no gerenciamento do desempenho e do accountability, na cultura e relacionamento organizacional e na estrutura de governança. Cadeia de Valor do TJDFT impactada significativamente por meio das atividades precípuas da área de auditoria, de forma estruturada, com nível de excelência e com resultados mensuráveis.
<ul style="list-style-type: none"> Alinhamento Estratégico do projeto 	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> Consolidar e aprimorar a governança do TJDFT Aprimorar a comunicação interna e externa
Iniciativa Estratégica	---
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> Índice integrado de governança e gestão públicas do TJDFT Índice de Comunicação Interna Índice integrado de governança e gestão públicas do TJDFT
Entregas efetuadas até o último relatório	Plano do Projeto

Entregas no período	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura do Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna do TJDF e Diagnóstico (50%)
Entregas pendentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estrutura do Programa de Avaliação e Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna do TJDF e Diagnóstico ▪ Plano de Ação elaborado ▪ Auditorias de conformidade efetivas ▪ Auditorias de desempenho e serviços de Consultoria ▪ Gestão de Pessoas com base nos gaps identificados ▪ Práticas profissionais desenvolvidas com base nos gaps identificados ▪ Gestão de Desempenho e Prestação de Contas desenvolvidas com base nos gaps identificados ▪ "Cultura da Organização e Relacionamentos desenvolvidos com base nos gaps identificados " ▪ Estrutura de Governança desenvolvida com base nos gaps identificados
% execução:	4%

Programa de Modernização e Convergência de Sistemas Judiciais e Administrativos

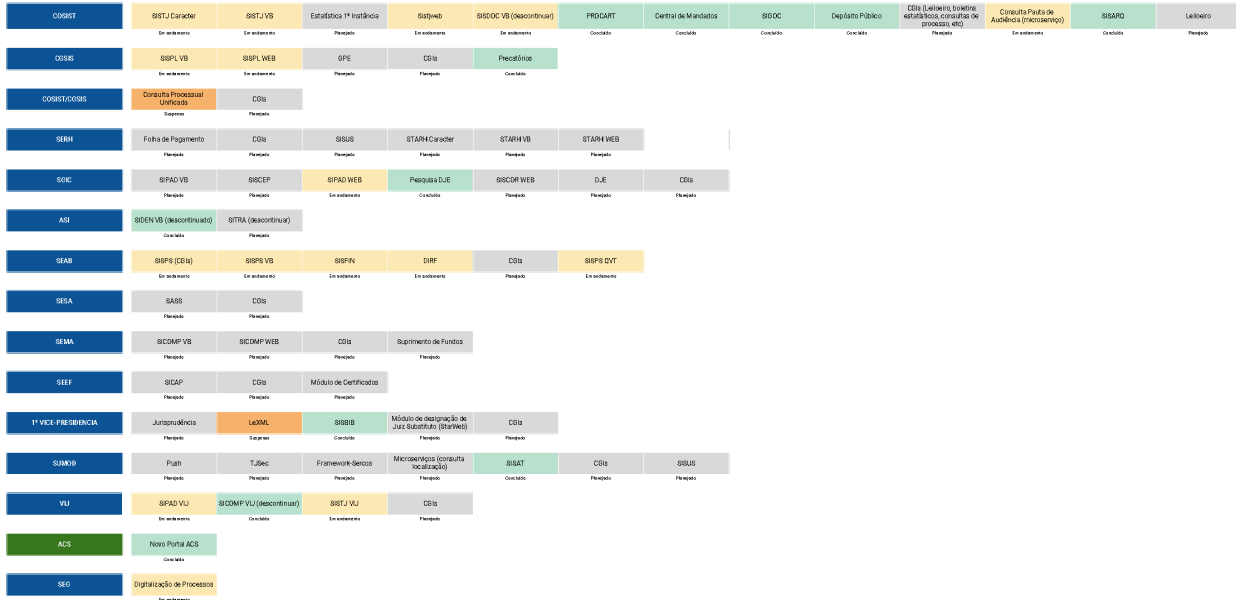
1. Informações do Programa

Unidade gestora:	CGTI
Gerente titular:	Michelle Kakoi Lelis
Gerente Substituto:	Juliana Sousa Nogueira
Objetivo	Substituir ou migrar gradualmente os sistemas legados para novas plataformas, visando a redução de custeio com suporte e manutenção de tecnologias ultrapassadas, objetivando a convergência e modernização dos sistemas judiciais que orbitam em torno do PJE, dos sistemas administrativos e de recursos humanos.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modernização dos sistemas do TJDF, usando tecnologias com melhores recursos de segurança, usabilidade, acessibilidade, dentre outros; ▪ Otimização dos recursos humanos, evitando desperdício, para atuação nas demandas e projetos que trazem maior retorno ao TJDF para melhor prestação jurisdicional; ▪ Diminuição de custos com suporte a banco de dados, já que são gastos cerca de 3 milhões por ano com o Caché, economia possível com a convergência dos sistemas legado para outras tecnologias; ▪ Redução da diversidade de sistemas e navegadores instalados nas máquinas desta corte de justiça, proporcionando diminuição de custos também de suporte e atendimento.
Alinhamento Estratégico do Programa	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proporcionar infraestrutura de TIC apropriada ao exercício das atividades administrativas e judiciais; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Modernizar e ampliar a infraestrutura de TIC
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de atendimento às demandas por infraestrutura de TIC
% execução:	30%

2. Roadmap Geral do Programa

ROADMAP

Programa de Convergência de Sistemas Judiciais e Administrativos



3. Projetos Estratégicos vinculados

Projeto de implantação de Novo Sistema de Folha de Pagamento	
Unidade gestora:	SERH
Gerente titular:	Jaber Lucas da Silva Melo
Gerente Substituto:	Frederico Brunale de Andrade / Guilherme Bezerra Vieira de Lima
Objetivo	Implantação de sistema mais moderno de folha de pagamento que possibilite a automatização de cálculos, maior celeridade na apuração dos valores e redução de erros.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Automatização de Cálculos ▪ Celeridade ▪ Redução de erros
Alinhamento Estratégico do Projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar o número de procedimentos administrativos para o suporte digital
Indicadores Estratégicos	---
Situação atual	<p>Este projeto ainda não foi iniciado e encontra-se no PDTIC 2020 como a 3ª ação no ranking de novas ações do Grupo Desenvolvimento de Sistemas (Ação DS 10 - Implantar Novo Sistema de Folha de Pagamentos). Entretanto, conforme descrito no Despacho EPROJTI 1269352, existe um Grupo de Trabalho (GT-Folha) instituído pela Portaria GPR 2275/2019 e formado por representantes da SERH, CGTI e SEG que vem estudando soluções existentes em outros órgãos para deliberar sobre a melhor estratégia para a implantação de um Novo Sistema de RH e de Folha de Pagamento no TJDF. Neste sentido, o GT-Folha iniciou os estudos pela solução da Justiça do Trabalho e em 04/02/2020 visitou o CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho) com o objetivo de conhecer melhor o SIGEP-JT (Sistema Integrado de Gestão de Pessoas da Justiça do Trabalho) e a folha de pagamento web. Como desdobramentos desta visita ao CSJT, foram</p>

	<p>disponibilizados os manuais técnicos do SIGEP-JT que foram analisados pelo GT-Folha e, ainda, o planejamento de visitas ao TRT-SP e TST para aprofundar os estudos da solução implantada nesses tribunais. Nos dias 9 a 11/03/2020 houve a visita técnica no TRT-SP para conhecer as soluções de Folha (Folha de Pagamento Web da JT) e RH (SIGEP-JT) implantadas ali. E, aguarda-se a visita técnica ao TST, prevista para 05/2020, para avaliar, primeiramente, a viabilidade e desafios da implantação da Folha de Pagamento Web da JT desacoplada da solução de RH (SIGEP-JT). Por fim, o acompanhamento das ações e resultados deste GT-Folha está disponível no PA SEI 0027052/2019.</p>
% execução:	---

Projeto Cadastro Eletrônico de Peritos

Unidade gestora:	SEAMB
Gerente titular:	Claiton Luiz Correa
Gerente Substituto:	Manoel Carlos dos Anjos
Objetivo	Desenvolver um sistema informatizado para a realização do cadastro de peritos que permita a inscrição de peritos pela internet, o armazenamento de documentos comprobatórios de capacitação, a validação e controle dos cadastros pela SEAMB e a consulta parametrizada de peritos
Benefícios	Maior facilidade na designação de peritos através de um controle centralizado e confiável dos peritos ativos. Diminuição do retrabalho com convocações que precisam ser refeitas por se basearem em dados desatualizados

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico
Indicadores Estratégicos	---
Situação atual:	Este projeto ocupa a posição de número 13 (DS 21 - Cadastro

	Eletrônico de Peritos CGTI), e ainda não foi iniciado. A CGTI, no entanto, pesquisou se haveria solução implementada em outro Tribunal, mas não há. Portanto, essa demanda deve aguardar disponibilidade de recursos para início.
% execução:	---

Projeto Cadastro Inteligente de Pessoas

Unidade gestora:	COSIST
Gerente titular:	Claiton Luiz Correa
Gerente Substituto:	Manoel Carlos dos Anjos
Objetivo	Criar um cadastro de pessoas por CPF/CNPJ com informações atualizadas de endereços, diligências exitosas e bens vinculados ao CPF ou CNPJ.
Benefícios	Compartilhamento das informações das partes por todos os juízos e servidores. Diminuição do retrabalho na alimentação dos dados e pesquisas. Melhoria na qualidade das informações armazenadas e na eficácia das diligências.

Alinhamento Estratégico do projeto

Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a efetividade no cumprimento das decisões; ▪ Priorizar a 1ª Instância nas ações de modernização tecnológica.
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com a prestação de serviço ▪ Celeridade processual (1ª Instância) ▪ Celeridade processual (2ª Instância)
Situação atual:	Este projeto ainda não foi iniciado e encontra-se no PDTIC 2020 como a 4ª ação no ranking de novas ações do Grupo Desenvolvimento de Sistemas (DS 11 - Cadastro Inteligente de Pessoas - Base confiável de endereços para cumprimento de diligências).
% execução:	---

Projeto Sistema de Cálculos Judiciais

Unidade gestora:	SECOJ
Gerente titular:	André Iunes Okamoto
Gerente Substituto:	Marco Antônio Otaviano Campelo
Objetivo	Desenvolver um sistema de cálculos judiciais no TJDF, integrado ao PJe, para utilização das contadorias-partidorias, com possibilidade de utilização pelas serventias judiciais e usuários externos.
Benefícios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Celeridade processual; ▪ Diminuição do estoque de processos nas contadorias-partidorias; ▪ Possibilidade de utilização pelas serventias judiciais e pelos usuários externos (advogados e partes); ▪ Padronização das manifestações das contadorias-partidorias; ▪ Gravação dos cálculos em banco de dados com a identificação do calculista; ▪ Diminuição das impugnações aos cálculos realizados; ▪ Melhoria da Apresentação do resumo do cálculo de forma a facilitar o entendimento para as serventias judiciais, advogados e partes; ▪ Possibilidade de elaboração de módulo que permita a elaboração de novos modelos de cálculos no próprio sistema (apenas para os gestores do sistema).
Alinhamento Estratégico do projeto	
Objetivos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aperfeiçoar a qualidade do atendimento ao usuário; ▪ Agilizar a tramitação dos processos judiciais e administrativos; ▪ Promover a modernização e a expansão tecnológica e o aperfeiçoamento das soluções de TIC.
Iniciativa Estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aprimorar e expandir o Processo Judicial Eletrônico
Indicadores Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Índice de satisfação com a prestação de serviço; ▪ Celeridade processual (1ª Instância); ▪ Celeridade processual (2ª Instância).

Situação atual:	Este projeto ocupa a 17ª posição no ranking (DS 25 - Implantar nova solução para cálculos de contabilidade) e ainda não foi iniciado. No entanto em pesquisa realizada pela TI, descobriu-se que o TRF - 3 tem implementada solução no Google Sheets para juizados especiais. Foi encaminhado contato do TRF -3 à COSIST para avaliação do sistema.
% execução:	---